




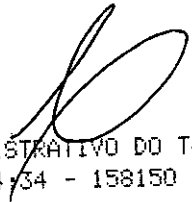
À Coordenação de Protocolo e Correspondência,

Senhor Coordenador,

Sirvo-me do presente para solicitar a V.Sa. a abertura do **processo administrativo físico** desta solicitação de curso, encaminhando-o, em seguida, a esta Controladoria do Judiciário, não sendo necessário juntar esta folha ao processo.

Salvador, 30/10/2019


Maurício de Oliveira e Silva
Coordenador de Auditoria


PROTOCOLO ADMINISTRATIVO DO TJBA
30/10/2019 16:14:34 - 158150





Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Controladoria do Judiciário
Coordenação de Auditoria



R.A.
Autoriza CTJUD
SSA-RA, 07 30 2019
CONTROLADORIA DO JUDICIÁRIO

Senhora Controladora-Chefe,

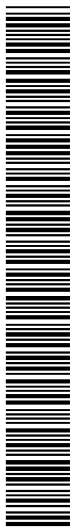
A consultoria prestada pela Empresa Augure Desenvolvimento Empresariais elaborou e atualizou normativos e estabeleceu o marco regulatório dos novos fluxos de contratação e das novas atividades de acompanhamento e controle dos diversos contratos firmados pelo Tribunal de Justiça, constituindo-se um importante avanço da implantação do controle interno formalizado no âmbito deste Poder.

O estabelecimento de controles internos formais é a primeira etapa para a implantação da Governança Pública, sendo esta considerada o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Por sua vez, o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, como órgão de controle externo, exerce a função de regulamentar e aperfeiçoar as práticas referentes à realização das despesas públicas, e, para tanto, edita normas específicas para que os seus órgãos jurisdicionados, tribunais e conselhos, possam desempenhar seu papel com transparência, eficiência e economicidade.

Entretanto, a Coordenação de Auditoria necessita aprimorar os conhecimentos das diretrizes do CNJ a fim de melhor desempenhar o seu papel neste contexto: as contratações do Poder Judiciário com enfoque no planejamento (maior eficiência nos processos de aquisição de bens e serviços), governança (visão sistêmica dos processos de contratação) e o controle administrativo e financeiro exercido pelo referido Conselho.

Com o objetivo de atualizar o corpo técnico sobre as normas específicas (Resoluções do CNJ), solicitamos a inscrição de 01 (um) servidor no curso "*As Contratações dos Órgãos do Poder Judiciário com Base nas Normas do Conselho Nacional de Justiça*", a ser realizado pela Empresa Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda (Grupo JML Pessoas, Serviços e Tecnologia), no período de 26 a 28 de novembro de 2019, na cidade de Curitiba-PR, em razão do objeto da capacitação estar plenamente direcionado ao aperfeiçoamento das contratações realizadas pelo Tribunal de Justiça.



TJADM201962953V01

Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo dos preços praticados no mercado para o curso de temática similar, cujos *folders* encontram-se anexos a este expediente:

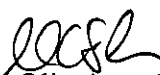
Empresa	Curso	Carga Horária	Valor (R\$)
Grupo JML Pessoas, Serviços e Tecnologia	As Contratações dos Órgãos do Poder Judiciário com Base nas Normas do Conselho Nacional de Justiça	24 horas	3.582,00 ¹
Consultre Consultoria e Treinamento Ltda	Diálogos com o TCU nas Licitações e Contratos	21 horas	2.590,00
One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação	Curso Prático de Licitação e Contratos – Pregão Presencial e Eletrônico e Sistema de Registro de Preços na Ótica do TCU.	24 horas	2.590,00

Nota 1: Valor considerado para inscrições efetuadas até o dia 21/10/2019.

Embora o curso selecionado seja precificado por R\$ 3.582,00, conforme a tabela acima, **não haverá custo com diárias**, que totalizaria R\$ 2.362,50, uma vez que o participante possui residência de parentes no local do evento, reduzindo o custo do deslocamento.

Por fim, ressaltamos que o presente treinamento além de propiciar os benefícios anteriormente sinalizados, contribuirá para atualizar o corpo técnico desta Coordenação em assunto de grande importância para agregar valor ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Salvador, 23/09/2019


 Maurício de Oliveira e Silva
 Coordenador de Auditoria

